

Lições ecológicas da história

Maurício Andrés Ribeiro (*)

A história mostra que resolver satisfatoriamente o modo de relacionamento de uma sociedade com a floresta pode torná-la mais sustentável e que a destruição de florestas aponta para o colapso. Também mostra que decisões tomadas com visão estratégica de longo prazo podem dar sustentabilidade a uma sociedade e que decisões tomadas com visão particularista sem avaliar seus impactos ambientais podem levar ao colapso.

O Japão é um arquipélago que aprendeu a restaurar as florestas de suas montanhas. As densidades populacionais e de ocupação do solo são muito altas nas metrópoles japonesas e no país. Com área total de 372 mil Km² (equivalente à área do Estado do Rio Grande do Sul) e com 125 milhões de habitantes, a densidade média da população é de 314 habitantes por Km², ou seja, cerca de 15 vezes maior do que a média brasileira. Cercado de mares e rico em fontes de água, o Japão tem topografia montanhosa - 70% da superfície constitui os Alpes japoneses, espinha dorsal do arquipélago, com ocupação humana rarefeita. Hoje os Alpes japoneses são, em sua maior parte, ocupados por florestas, que servem para a proteção dos solos e o controle da erosão e para reduzir o assoreamento nos vales férteis. Associações florestais exploram e comercializam o produto usando a madeira para mobiliário e construção civil. A floresta demora 80 anos para ser explorável, sendo considerada como poupança, mais do que como investimento de retorno em curto prazo. Programas de florestamento de encostas, de criação de cooperativas florestais e de proteção à cobertura vegetal reduziram as inundações nas planícies e os prejuízos à economia agrícola. Mas isso nem sempre foi assim. A convivência harmônica com a água resultou de aprendizado social por tentativa e erro. O Japão buscou no exterior apoio de quem conhecia bem as inundações: contratou os holandeses, que sabem conter o mar com diques, e evitar que as terras baixas sejam inundadas. Eles não tiveram sucesso. Os japoneses observaram, então, que numa das ilhas que protegia as montanhas com florestas, os problemas de enchentes eram menores devido à proteção de florestas. Disseminaram em todo o país aquelas práticas. O florestamento dos Alpes japoneses conteve sedimentos e erosões. Programas de proteção de encostas reduziram inundações. Hoje, o Japão ensina a aproximação com a água. As cidades voltam-se de frente para os lagos, rios e regatos. Nas cidades, evita-se que córregos sejam aprisionados em canais fechados. Promove-se a reintegração urbana da paisagem ribeirinha e dos seus animais. A água é um elemento central no paisagismo e nos jardins japoneses. Evita-se que a água de chuva escorra diretamente para os rios; ela infiltra lentamente no solo. O Japão ensina que a aprendizagem coletiva de convivência harmônica com a água é um processo civilizatório e cultural em que se aprende a partir dos erros cometidos, em aproximações sucessivas.

Jared Diamond, em seu livro *Colapso*, estuda um caso de fracasso, o da ilha de Páscoa, que devastou suas florestas o que tornou a vida ali insustentável. Habitada desde o século VIII, aquela ilha era coberta por densa vegetação. Chefes tribais competiam para construir a maior estátua e disso resultou o desflorestamento da ilha, a eliminação da fauna e dos cursos d'água, a perda das condições de abastecimento alimentar e a eclosão de conflitos violentos. No século XVIII, a ilha tinha poucas árvores, poucos habitantes e muitas estátuas.

A história também ensina como uma sociedade pode sustentar-se ao ter visão de longo prazo em sua tomada de decisões sobre os limites do seu consumo ou pode gerar fracassos como efeito de sua ânsia produtivista. Jared Diamond (Colapso. p. 356) relata que um caso positivo é o da ilha de Tikopia no Pacífico Sul, com 4,7km² e densidade de 309 habitantes/km², habitada há quase três mil anos. Nela, uma das estratégias para garantir a capacidade de sustentação do ambiente foi a mudança de hábitos alimentares, eliminando todos os porcos, que “atacavam e estragavam as plantações, competiam com os humanos por comida, eram um meio ineficaz de alimentar seres humanos (são necessários nove quilos de vegetais comestíveis para produzir apenas um quilo de porco) e acabaram se tornando uma comida de luxo para os chefes”.

Um caso negativo é o do Mar de Aral, cuja morte começou em 1960: na ex-União Soviética, planejadores conceberam um ambicioso programa econômico que redirecionava a água de diversos rios para converter terras devolutas no cinturão do algodão. Não obstante o sucesso inicial, o projeto de irrigação resultou na devastação do Mar de Aral que, em duas décadas, tornou-se uma superfície seca e contaminada, com solos e água salinizados e erodidos por tempestades de poeira, com os leitos de desova dos peixes destruídos, o conseqüente colapso da indústria pesqueira e a ruptura da navegação. Hoje a paisagem ali resultante é desoladora, com grandes navios encalhados na areia.

Relembrar essas lições positivas e negativas pode ser valioso no contexto em que o Brasil debate o Código Florestal. Aqui, também, como em outras sociedades, vozes pré-ecológicas se manifestam com força. Pretensamente defendem interesses sociais e econômicos legítimos; na prática, podem provocar resultados desastrosos. São fortes e pontuais os interesses daqueles que querem auferir lucros imediatos, sem visão de longo prazo. Tornam-se cegos para enxergar que a médio e longo prazo eles próprios serão penalizados e sofrerão prejuízos. Seus lobbies de pressão conseguem influenciar uma parcela dos políticos que votam as leis.

Decisões acertadas feitas pelas sociedades em momentos cruciais determinam seu sucesso ou fracasso. O Brasil escolherá o rumo do colapso ou terá sucesso em sua sobrevivência sustentável? O Brasil seguirá o caminho da ilha de Páscoa (que destruiu suas florestas) e do mar de Aral (onde imperou modelo mental produtivista pré-ecológico), ou o caminho do Japão (que valorizou os serviços ambientais prestados por suas florestas ao mesmo tempo que as usava economicamente) e de Tikopia (que tomou decisão estratégica de mudar seus hábitos de consumo alimentar)?

A resposta a essas questões depende da capacidade de produzirmos e disseminarmos conhecimentos sobre a importância da prestação de serviços ambientais pelos ecossistemas e especialmente pelas florestas. Depende também de sensibilização e elevação do grau de consciência ecológica para embasar a produção das leis, bem como a escolha coletiva sobre os hábitos e padrões ecológicos de produção e de consumo.

